

II Resenha Bibliográfica *

POPULAÇÃO E POLÍTICA POPULACIONAL NO BRASIL: UMA RESENHA DE ESTUDOS RECENTES

Amaury de Souza**

A persistência até meados dos anos 70 de uma retórica governamental abertamente natalista, aversa à adoção de quaisquer políticas que ameçassem o crescimento futuro da população e a vocação nacional de poder representada pela ocupação efetiva dos grandes espaços vazios do território brasileiro, dificilmente afiançaria a previsão de uma crescente tolerância do setor público frente ao planejamento familiar ao longo da década. Sem chegar à formulação de uma política deliberada de contenção populacional, o governo federal vem se movendo cautelosamente de uma postura de *laissez faire* frente a questões que dizem respeito à população para uma política de "democratização" do acesso às informações e serviços de planejamento familiar.

A mudança discreta da orientação governamental deu-se no contexto de mudanças demográficas de cunho bem mais dramático. A urbanização do país, largamente alimentada pelos fluxos contínuos de migração rural, fez saltar a população das cidades e suas franjas de 18,5 milhões de pessoas em 1950 para um total estimado em 75 milhões nos dias que correm, sobrecarregando os orçamentos públicos com maiores exigências de habitação, educação, saúde, transporte e outras necessidades. Conjugada ao aumento marcante da concentração da renda e à segmentação dos mercados de trabalho, a urbanização acelerada resultou em vastos bolsões de pobreza e evidente deterioração das condições de vida urbana conforme atestam os índices de saúde pública, em particular os de mortalidade infantil.

De maior importância, entretanto, são as tendências observadas no crescimento populacional. Não obstante o fato de que a população brasileira, hoje estimada em cerca de 119 milhões de pessoas, venha a dobrar de tamanho pelo final do século graças à inércia de sua própria dinâmica de expansão, o dado notável a ser registrado é a persistência – e provável aceleração em anos recentes – da tendência declinante da sua taxa de crescimento global, atualmente ao redor de 2,4 por cento ao ano.

A inversão da tendência de crescimento explosivo, prevalecente entre 1930 e 1960 e ocasionada pela queda brusca da taxa de mortalidade face à constância de altos níveis de fecundidade (ou de procriação efetiva), indica mudanças profundas no comportamento da população brasileira. Mantida a taxa bruta de mortalidade em níveis relativamente baixos, o seu crescimento futuro passa a ser cada vez mais determinado pela redução da fecundidade e, conseqüentemente, por tudo o que essa redução implica em termos de mudanças na estrutura familiar de decisões relativas ao número desejado de filhos.

* As resenhas temáticas do BIB são feitas por encomenda e constituem, portanto, trabalhos originais, inéditos. As limitações de espaço a que estão sujeitos os trabalhos podem, eventualmente, reduzir o escopo bibliográfico da resenha.

** Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. O autor agradece as sugestões de Nelson do Valle Silva, Vilmar E. Faria, Maria Helena Henriques e Paulo de Tarso A. Paiva, não lhes devendo ser creditado, entretanto, os equívocos e desacertos deste texto.

Equivale dizer que as decisões de política pública relativas à população já estão necessariamente referidas a um processo de mudança demográfica. Ainda que a amplitude e a velocidade relativa desse processo estejam por ser precisadas, cabe notar que a evolução dos níveis de fecundidade — os quais, embora declinantes, colocam-se entre os mais altos do mundo, comparáveis aos valores registrados para o México ou para a Índia — torna-se crescentemente o elemento pivotal da transição entre duas situações demográficas, por todos os indícios, estáveis. A definição de uma política populacional deve, portanto, tomar em conta os processos sociais da mudança e, em função desses, avaliar o potencial e as limitações da ação do poder público visando influenciar o comportamento reprodutivo das unidades familiares.¹

Tendências do Crescimento Populacional

As projeções do Censo de 1970, realizadas pela Fundação IBGE, estimam para 1979 uma população da ordem de 119 milhões de pessoas, representando mais de seis vezes a população existente em 1900.

O ímpeto desse crescimento contrasta vivamente com os padrões prevaletentes da Independência à República (Merrick e Graham: 1974, 1979; Moreira, Silva e MacLaughlin: 1979). Até 1890, a população brasileira crescia a taxas moderadas e sujeitas a declínio durante períodos relativamente longos. Essa tendência foi sustada pela imigração européia demandada pela expansão da economia cafeeira ao sul do país; e embora a contribuição da imigração internacional para o crescimento da população tenha se tornado desprezível, a mudança demográfica do final do século vem desde então garantindo taxas brutas de crescimento natural (nascimentos menos óbitos) sempre em excesso da cifra de 20 por mil.

A década de 1930 representa a inflexão marcante nesse padrão de crescimento populacional, caracterizado por um certo equilíbrio entre altas taxas de natalidade e de mortalidade. É do consenso geral que a taxa bruta de mortalidade, estável desde o início do século em níveis relativamente elevados, caiu subitamente por volta da II Grande Guerra e vem declinando desde então. O valor dessa taxa em 1970 já era da ordem de 10 por milhar, representando uma redução de cerca de 60 por cento frente aos seus níveis pré-1940. No mesmo sentido, Carvalho (1973, 1978) mostra que a esperança de vida ao nascer, estimada em mais ou menos 40 anos até 1940, já se colocava em torno de 56 anos na década de 1960 — um ganho de quase 20 anos em média durante um período de igual duração. A fecundidade, entretanto, ou se manteve estável em níveis altos ou declinou apenas levemente durante este tempo, resultando em um padrão de crescimento populacional extremamente acelerado, comandado por taxas anuais da ordem de 3 por cento.

A inversão desta tendência só se faz perceptível a partir da década de 1960, quando o declínio da mortalidade passa a ser acompanhado por uma redução dos níveis de fecundidade. Embora haja controvérsia quanto aos números exatos das várias estimativas (Arretx: 1973; Carvalho: 1974; Merrick: 1974; Altmann: 1978) e métodos de estimação (Berquó: 1977), é fato aceito que a taxa bruta de natalidade caiu de 43 ou 44 por milhar, entre 1950 e 1960, para mais ou menos 40 por milhar entre 1960 e 1970, contribuindo decisivamente para atenuar a taxa de crescimento da população em cerca de 7 por cento nas últimas três décadas. Outra medida comumente usada em lugar da taxa bruta de natalidade, cuja sensibilidade a variações na estrutura etária da população pode comprometer o seu desempenho como indicador da procriação efetiva, é a taxa de fecundidade total (uma medida do número esperado de filhos para cada mulher, caso ela sobreviva durante todo o período fértil de sua vida e procrie a taxas de fecundidade específicas para o seu grupo de idade). Confirmando a tendência geral, os valores estimados dessa taxa acusam uma queda na década de 1960 de aproximadamente 8 por cento em relação à cifra prevaletente entre 1930 e 1940 (Moreira, Silva e MacLaughlin: 1979).

A inteligibilidade da mudança demográfica nas décadas passadas demanda a consideração das disparidades inter-regionais de mortalidade e fecundidade. Se, desde 1930, houve um aumento de cerca de 30 por cento na esperança de vida média ao nascer, ainda persistem amplas diferenças de mortalidade entre as regiões

mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do país (Carvalho e Wood: 1979). A Região Sul, por exemplo, apresentava em 1970 uma esperança de vida média ao nascer ao redor de 62 anos para ambos os sexos ao passo que essa cifra caía para 44 anos na Região Nordeste – um nível de mortalidade comparável ao que prevalecia na Europa no final do século XIX. Da mesma forma, a mortalidade infantil registrada em várias capitais brasileiras sofreu uma queda acentuada entre 1940 e 1960. Desde então observa-se ganhos mais modestos e erráticos, sendo que as taxas passaram a aumentar em algumas regiões. Entre 1962 e 1970, o índice de mortalidade infantil registrou um aumento em torno de 15 por cento para o Brasil como um todo, passando de 94,6 para 108,7 óbitos de menores de um ano em cada milhar de crianças nascidas vivas. Entretanto, o mesmo índice acusou um aumento de 64 por cento na cidade do Recife, passando de 125,6 em 1964 para 205,7 em 1970 (Puffer e Serrano: 1973; Yunes e Rothenzel: 1975).

Embora os níveis de fecundidade tenham sofrido um declínio a partir de 1960 para o Brasil como um todo, o diferencial de fecundidade entre o norte e o sul do país, que já era considerável entre 1930 e 1940, vem aumentando nas últimas três décadas (Merrick: 1974). A análise desagregada das tendências regionais revela que uma parcela substancial da queda global de fecundidade processou-se nas regiões mais desenvolvidas do país, abrangendo São Paulo e os Estados sulinos e, em menor escala, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nas regiões menos desenvolvidas, ao contrário, verificou-se ou um acentuado aumento da fecundidade, particularmente onde existiam fronteiras agrícolas em expansão, como no Paraná, na Região Centro-Oeste e na Amazônia, ou a persistência dos altos níveis existentes, como no Nordeste. Note-se, entretanto, que o aumento das diferenças inter-regionais de fecundidade, observado entre 1950 e 1970, ocorreu concomitantemente a uma redução das disparidades sócio-econômicas entre o norte e o sul do país, principalmente naqueles fatores tidos como determinantes do nível de fecundidade, tais como a renda *per capita*, a urbanização e a expansão da educação primária e feminina.

Entre as possíveis explicações desse fenômeno está o impacto diferencial das migrações internas ao deslocar grandes contingentes humanos entre regiões caracterizadas por níveis díspares de fecundidade (Merrick: 1974; Costa: 1975). O volume dos fluxos migratórios tem sido substancial e de tal forma que, por volta de 1970, estimava-se que cerca de 31 por cento da população brasileira havia experimentado pelo menos um movimento migratório inter-municipal durante a sua vida, contribuindo decisivamente para o crescimento populacional das grandes cidades e para a ocupação das novas fronteiras agrícolas. Mas as migrações não afetam a fecundidade das regiões de origem e de destino de modo uniforme. Aquelas que se processam entre regiões de alta fecundidade, tipicamente os fluxos da zona rural nordestina para as fronteiras agrícolas da Amazônia ou do Centro-Oeste, ao transferir um contingente jovem para um meio econômico propício à formação de grandes famílias, resultam em acentuados acréscimos nos níveis de fecundidade dessas regiões. Em contraste, as migrações procedentes de regiões de alta fecundidade e orientadas para outras, de baixa fecundidade, tendem a levar os migrantes a assimilarem, mais cedo ou mais tarde, os padrões de comportamento reprodutivo predominantes nas regiões de destino. Cabe notar que estas são migrações de longo curso, altamente seletivas quanto à idade dos migrantes e sua conseqüente propensão a adotar novos comportamentos. Esses são os fluxos migratórios que contribuem para manter os diferenciais de fecundidade entre regiões e entre o campo e a cidade. Mas as migrações de curta distância, intra-estaduais, geralmente motivadas por fatores de expulsão do meio rural, tendem a transferir para as cidades migrantes que são mais representativos da população rural e, portanto, menos propensos a modificar pautas de alta fecundidade. Segundo Riedel (1977), deu-se esse processo nas cidades nordestinas entre 1950 e 1970, resultando em uma "ruralização" dos quadros urbanos regionais pela crescente convergência entre os níveis de fecundidade urbano e rural.

Em suma, a constatação de um processo global de mudança demográfica não pode obscurecer a percepção de importantes descontinuidades e retrocessos nas tendências regionais e rural-urbanas de fecundidade e de mortalidade. Mais surpreendente, portanto, torna-se a aceleração do declínio da fecundidade na década de 1970, detetada pelas Pesquisas Nacionais de Amostras por Domicílios (PNADs), realizadas pela Fundação IBGE em 1972, 1973 e 1976. Ressalvados os erros de amostragem e de mensuração e

possíveis variações conjunturais, houve uma queda súbita da taxa de fecundidade total, passando de quase 6 filhos por mulher em 1970 para 4,2 em 1976 – uma redução de 25 por cento em apenas seis anos, sem precedentes na história demográfica brasileira (Madeira, Frias, Martins e Dias: 1979). É também visível uma redução dos grupos mais jovens, em especial dos menores de 10 anos de idade, quando se compara as pirâmides etárias de 1970 e de 1976.

Embora persistam fortes diferenciais regionais e rural-urbanos de fecundidade, tabulações preliminares da PNAD-76 indicam um declínio das taxas de fecundidade em praticamente todos os grupos etários, nas diversas regiões do país e tanto no campo quanto na cidade. Essas tendências encontram eco nos resultados, também preliminares, da Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Sete das nove áreas brasileiras investigadas (e três das quatro áreas rurais abrangidas pela pesquisa) apresentaram uma queda sensível da taxa de natalidade em 1970 e 1975. Mas o dado notável é certamente a queda acentuada da taxa de fecundidade entre as populações pobres, aquelas cuja renda mensal familiar é igual ou inferior a um salário mínimo.²

Essa provável aceleração do declínio da fecundidade é consistente com a dinâmica populacional brasileira, indicando que a evolução dos níveis de fecundidade torna-se cada vez mais o principal fator na determinação do crescimento demográfico. Daí o interesse em saber como a redução da fecundidade vem sendo encarada nas decisões recentes de política pública relativa à população.

A Evolução da Política Pública

Os discursos sobre a questão demográfica, definindo as posições e interesses das diversas tendências em confronto desde os anos 60 bem como as inclinações do poder público, podem ser caracterizados em função de três dimensões principais: uma, política, refere-se à legitimidade da intervenção do Estado em esferas de decisão tradicionalmente consignadas à família; outra, de natureza moral, define as práticas aceitáveis para a regulação deliberada da reprodução humana; e a terceira, de cunho teórico, especifica as hipóteses correntes sobre as tendências e as conseqüências do crescimento populacional.

O pensamento natalista no Brasil tem tradicionalmente encontrado o seu fulcro no descompasso entre a população existente e um território de dimensões continentais. Os imperativos geo-políticos relacionados ao tamanho e à distribuição da população e a necessidade de integração de vastas regiões virgens à economia nacional não se consubstanciaram, entretanto, em políticas de estímulo efetivo à natalidade. A legislação trabalhista, por exemplo, é freqüentemente tida por favorável à expansão da natalidade por haver instituído o salário-família e medidas de proteção à maternidade. É verdade que esta legislação foi elaborada justo quando o parque fabril se debatia com uma relativa escassez de mão-de-obra, dado o baixo volume dos fluxos migratórios para as cidades, e que ela teve em mira fixar o trabalhador urbano no emprego através do instituto da estabilidade e de medidas de proteção ao trabalho feminino e do menor. Werneck (1977), entretanto, indica que longe de favorecer o aumento da natalidade, a legislação trabalhista até hoje simplesmente assegura condições mínimas para a reprodução da força de trabalho. Ao prevalecer a fórmula do salário mínimo "vital", o Estado passou a atribuir compensações às famílias numerosas não com o intuito de favorecer a procriação, mas por reconhecer que o mínimo vital ganho por um trabalhador era insuficiente para o sustento de sua família.

No Brasil, como no resto da América Latina, a popularização do planejamento familiar, notadamente através do uso de anticoncepcionais orais e de dispositivos intra-uterinos, deflagrou no início da década de 1960 uma intensa polêmica a respeito dos efeitos colaterais desses métodos, da propalada ingerência de interesses internacionais na promoção dos programas e, sobretudo, da moralidade e da legitimidade de se transformar uma questão de família em uma questão de Estado (Stycos: 1971; Moreira, Silva e MacLaughlin: 1979). A Igreja Católica ocupa desde então uma posição de destaque nessa controvérsia. Embora o episcopado oponha-se, oficialmente, à intervenção do Estado no domínio da procriação e ao controle da natalidade como solução dos problemas do

subdesenvolvimento, a Igreja tem revelado na sua prática pastoral, em nome da paternidade responsável, uma notável tolerância frente à difusão espontânea da contracepção entre os fiéis, ainda que os métodos utilizados, sobretudo os anticoncepcionais orais, incluam-se na categoria dos "métodos artificiais" condenados pelo magistério pontifício. Na verdade, o episcopado brasileiro, tendo à frente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, passou a definir a moralidade do planejamento familiar não mais ao nível dos métodos utilizados, excetuando a condenação do aborto, mas sim da liberdade de escolha dos casais sem a imposição do poder público ou religioso (Sanders: 1972; Pierucci: 1978).

A cobertura dada a essa controvérsia pela imprensa entre 1967 e 1968 declinou sensivelmente a partir daí, na medida mesmo em que o próprio governo, embora mantendo a retórica natalista, passou a abraçar uma posição de *laissez faire* em relação à questão demográfica, subtraindo-a assim do debate público sobre a política governamental. A aceleração do crescimento econômico foi possivelmente o elemento mais significativo das hipóteses demográficas que legitimaram uma postura oficial de *laissez faire* frente ao crescimento populacional. Ao longo das duas últimas décadas, cristalizou-se ao nível da formulação de políticas públicas a concepção de que o processo de desenvolvimento econômico geraria mecanismos automáticos (entre os quais se destacam a urbanização, a expansão das oportunidades educacionais e, sobretudo, o aumento do nível de renda *per capita*) que atuariam no sentido de evitar qualquer tendência explosiva ao crescimento populacional. Esta linha de argumentação viu-se substancialmente fortalecida entre 1968 e 1973 quando as taxas de crescimento econômico suplantaram com folga a taxa de crescimento demográfico. A preocupação exclusiva com a renda *per capita* como o principal indicador de bem-estar relegou para o segundo plano todo um conjunto de questões relativas à distribuição de riqueza gerada pelo surto de desenvolvimento, confinando o debate sobre população e crescimento econômico à comparação das vantagens relativas de se investir na redução da fecundidade ou na aceleração do crescimento do produto tendo em mira atingir um nível mais elevado da renda *per capita* (Delfim Netto, Simonsen e Costa: 1973).

Mas já no início dos anos 70 era patente a inclinação oficial de tolerar a crescente comercialização de anticoncepcionais, bem como de permitir maior desenvoltura à atuação de entidades privadas, tal como a Sociedade Brasileira para o Bem Estar da Família (BEMFAM), principalmente se desenvolvida através de convênios celebrados com governos estaduais e municipais sob a discreta vigilância de Brasília. Entre os motivos que possivelmente terão contribuído para a liberalização da política brasileira de planejamento familiar destacam-se a redução do surto de desenvolvimento econômico, o abandono do antigo conceito de colonização em massa do interior em favor da colonização seletiva por empresas agropecuárias e o aumento substancial do conhecimento sobre os parâmetros do crescimento populacional brasileiro. Além disso, o debate sobre a distribuição da renda deu vida nova ao argumento de que o funcionamento exclusivo dos mecanismos de mercado privava as famílias mais pobres do acesso às informações e meios de contracepção e, portanto, da possibilidade de compatibilizar o tamanho da família e a renda familiar (Simonsen: 1972; Kogut e Langoni: 1975).

Embora as declarações governamentais não deixassem de reiterar a capacidade do país em absorver o crescimento futuro da população, insistindo na importância desse crescimento para o desenvolvimento econômico, a segurança nacional e a ocupação do território, a nova política populacional brasileira, oficialmente enunciada perante a Conferência Mundial sobre População, realizada em Bucareste em 1974, parte da premissa de que o acesso ao planejamento familiar é um direito humano fundamental e que, conseqüentemente, é da responsabilidade do Estado promover a "democratização" do acesso às informações e aos meios de controle da natalidade que venham a ser demandados por famílias de baixa renda.

Ainda está por ser feito um estudo detalhado do processo de formulação desta política (Merrick: 1976; Moreira, Silva e MacLaughlin: 1979). Um levantamento das opiniões sobre o papel do governo frente ao planejamento familiar, realizado em 1973 por McDonough e Souza (1977, 1979) conclui, em retrospecto, que já existia um clima político moderadamente favorável à mudança da orientação oficial. Entre as elites nacionais, notadamente o episcopado católico, havia fortes restrições à legalização do

aborto e a quaisquer propostas de limitação da natalidade por meios coercitivos. A média das opiniões, entretanto, inclinava-se não para a proibição do controle da natalidade mas, ao contrário, em favor de uma intervenção discreta do poder público, em termos da disseminação de informações sobre a contracepção e da realização de campanhas educativas para o público. Ademais, a população desfrutava de baixíssima prioridade na agenda política da elite brasileira. E quicá por isso mesmo, a questão do controle da natalidade não encontrava guarida certa nas várias configurações ideológicas, fossem elas de cunho mais progressista ou mais conservador. Equivale dizer que, no espectro ideológico, encontram-se adeptos e adversários da contenção populacional na direita, na esquerda e no centro, permitindo, em consequência, que as decisões sobre o planejamento familiar fossem encaminhadas pragmaticamente ou, com maior freqüência, subtraídas ao debate público em favor de um consenso precário em outras esferas da política governamental.

Em contraste, o público, e em particular o público feminino, era francamente favorável a uma política oficial que facilitasse o acesso ou promovesse mesmo a distribuição gratuita de anticoncepcionais. A questão da política populacional recebia alta prioridade e as entrevistas transmitiam o senso de urgência com que a população, principalmente as mulheres mais pobres, enfrenta a gravidez indesejada ou a manutenção de uma prole numerosa. Estes resultados são corroborados por pesquisas de opinião pública realizadas no Rio e em São Paulo durante a década. Tais pesquisas indicam um aumento substancial na proporção de pessoas que apoia a promoção oficial do planejamento familiar, passando de 46 por cento em 1967 para cerca de 70 por cento em 1977 (Mundigo: 1978). É questionável, entretanto, que essa demanda popular tenha tido maior importância na decisão da política oficial. Na mesma pesquisa relatada por McDonough e Souza (1979), as elites nacionais foram convidadas a estimar o sentimento público com respeito ao controle de natalidade e as suas estimativas são notáveis pela inexatidão, percebendo elas uma maioria indiferente ou contrária a uma política anti-natalista onde existia, de fato, um público largamente favorável à ação do poder público na esfera do planejamento familiar.

Os contornos da política populacional brasileira tornaram-se mais nítidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento, também em 1974, que dá seguimento à declaração de Budapeste, reiterando a idéia de que ao Estado cabe apenas prover meios e informações, ficando ao arbítrio do casal a decisão sobre o número desejado de filhos. Mais importante, todavia, é o fato de que o II PND focalize, de maneira inédita no discurso oficial, a questão demográfica em termos da expansão da oferta de emprego produtivo para os grandes contingentes que anualmente ingressam na força de trabalho, de modo a utilizar efetivamente o potencial humano representado pelo crescimento populacional e garantir um perfil mais adequado da distribuição de renda.

O primeiro passo para a execução da nova política populacional é a implementação pelo Ministério da Saúde, a partir de 1978, do programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco. Esse programa consiste na oferta de serviços de planejamento familiar, inclusive a distribuição gratuita de anticoncepcionais por via oral, durante os próximos quatro anos, para cerca de 54.000 mulheres. A prevenção da gravidez de alto risco é parte integral do Programa de Saúde Materno-Infantil, que inclui também, em adição ao planejamento familiar, dirigido a uma clientela estimada de 750.000 mulheres a serem atendidas pelos órgãos federais e estaduais de saúde, a prestação de serviços de assistência nutricional e educativa a crianças e adolescentes. A meta inicial do Programa de Saúde Materno-Infantil prevê o treinamento de cerca de 5.800 médicos, enfermeiras e assistentes sociais e mais de 2.700 auxiliares de saúde para a prestação de serviços (Ministério da Saúde: 1977). Também foi aprovado pelo governo a distribuição de anticoncepcionais pela Central de Medicamentos, configurando assim uma expansão de recursos humanos e organizacionais que poderiam ser eventualmente mobilizados para levar a termo um programa ampliado de planejamento familiar a nível nacional.

Os programas de planejamento familiar têm maior probabilidade de sucesso quando operam para reforçar a ação de outros fatores que influenciam o declínio, já em processo, da fecundidade. Entre esses, a monetização da economia e a distribuição da renda, a educação e a participação feminina na força de trabalho e a crescente disponibilidade da contracepção são tidos como mais diretamente responsáveis pela evolução dos níveis de fecundidade no Brasil.

A Monetização da Economia e a Distribuição da Renda

A transição de uma situação demograficamente estável de alta fecundidade para outra, igualmente estável, de fecundidade controlada, implica em transformações sociais e econômicas profundas. Na história recente, a redução da fecundidade tem raízes na crescente monetização da economia, expressando a substituição progressiva de formas familiares de produção para o auto-consumo (onde o comportamento reprodutivo das unidades familiares guarda uma relação estreita com a sua capacidade produtiva) pela venda direta da força de trabalho no mercado (Caldwell: 1978). Esse processo, deflagrado pela industrialização, associa-se à perda de importância dos filhos como forma de aumentar a renda corrente ou de garantir o sustento futuro dos pais e ao aumento da participação feminina na força de trabalho, bem como ao abandono da produção doméstica de valores de uso em favor do consumo de bens industriais.

Os altos níveis de fecundidade prevalentes no campo brasileiro estão associados à persistência da família camponesa, organizada ao redor da agricultura de subsistência e da produção de bens para o auto-consumo. A resiliência da exploração agrícola baseada na unidade familiar deve-se às peculiaridades do desenvolvimento da agricultura no país, caracterizado pela existência de vastas fronteiras agrícolas e pela distribuição altamente desigual da propriedade da terra nas regiões agrícolas mais velhas.

A abertura de novas fronteiras agrícolas ao longo da história brasileira propiciou a ocupação de vastas áreas pela família camponesa, ali levada, em busca de terras, pelos fluxos migratórios oriundos das regiões rurais mais antigas e mais densamente povoadas. O Paraná e, mais recentemente, o Centro-Oeste e a Amazônia têm sido as frentes de expansão mais importantes para a migração rural e, não coincidentemente, as regiões onde se vem registrando, nas últimas quatro décadas, um acentuado aumento da fecundidade. A forma mesma da ocupação da terra, baseada na prática da agricultura extensiva e no uso de técnicas agrícolas rudimentares, torna as fronteiras agrícolas uma fonte de estímulo para a formação de grandes famílias (Singer: 1970; Merrick: 1974). Para tal resultado contribui também a seletividade das correntes migratórias, transferindo para as fronteiras grandes contingentes de pessoas mais jovens, bem como as melhores condições de sobrevivência propiciadas pela exploração de terras mais produtivas.

Essa agricultura camponesa, expandindo a sua produção de forma extensiva e, em geral, com base na posse transitória da terra, vem sendo ameaçada pela crescente mecanização da exploração agrícola e pela presença crescente da grande empresa agropecuária nas fronteiras agrícolas e novas áreas abertas à colonização. Ao decrescer a disponibilidade de terras cultiváveis, conforme observa Merrick (1976b), deverão também declinar os níveis de fecundidade, seja através da nupcialidade tardia e conseqüente atraso na formação da família ou da modificação da estrutura etária e de sexo pela migração seletiva.

Nas áreas agrícolas mais antigas, caracterizadas pela distribuição desigual da propriedade rural, a própria monetização da economia pode, pelo menos em um primeiro momento, se constituir em uma fonte de estímulos para a formação de grandes famílias voltadas para a produção de subsistência. Com base em uma amostra de pequenos proprietários rurais e parceiros na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, Almeida (1977) mostra que a constituição de grandes famílias resulta de um processo de fuga da economia monetizada em busca de relações de trabalho e de distribuição típicas da economia de subsistência. O controle do mercado de produtos agrícolas por um número reduzido de grandes proprietários e comerciantes, ao colocar os pequenos produtores em nítida desvantagem, faz da economia de subsistência e, com ela, das grandes famílias e a conseqüente multiplicidade de laços e de obrigações pessoais entre pais e filhos, uma opção ao endividamento cumulativo ocasionado pela participação na economia monetizada. Os filhos, nessas condições, surgem como a única forma de aumentar a produção agrícola e de complementar a renda corrente familiar e como fonte de sustento dos pais na velhice.

Mas o impacto maior da monetização da economia nas áreas de ocupação mais antiga ou onde houve uma concentração da propriedade territorial tem sido a crescente expulsão da mão-de-obra residente nas fazendas e a sua transformação em "bóias-frias" ou trabalhadores volantes, vivendo nas franjas das cidades e vilas e se deslocando constan-

temente para trabalhar, em regime de empreitada, na área rural. Esse processo, já visível desde os anos 60 e estimulado mais tarde pela implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, tem como consequência imediata privar essas famílias do acesso à terra para a produção para o auto-consumo, freqüentemente concedido aos residentes trabalhando em regime de parceria ou colonato como parte da sua remuneração (Gonzales e Bastos: 1977).

Ainda assim, não existiam no início da década de 1970 indícios seguros de que a supressão das economias não-monetárias rurais e as modificações na distribuição da renda houvessem avançado o suficiente como para afetar os altos níveis de fecundidade. É fato aceito que, ao nível das grandes regiões do país, existia em 1970 uma relação inversa entre renda e fecundidade (Berquó: 1974). Mas a níveis mais desagregados de análise, a relação renda/fecundidade já não seguia um padrão único através dos vários grupos populacionais. Carvalho e Wood (1979) mostram que os níveis rurais de mortalidade, segundo a indicação da esperança de vida média ao nascer, não se diferenciavam dos urbanos e que, relativamente às famílias mais pobres, os níveis urbanos de mortalidade eram consistentemente superiores aos rurais. Não obstante, Carvalho e Paiva (1977) mostram que a fecundidade rural em 1970 era superior à urbana para todos os níveis de renda e que essa diferença tendia a *aumentar* para as classes mais altas de renda. Além do que o comportamento da população rural, no tocante à covariação entre renda e fecundidade, era caracterizado por flutuações erráticas das taxas de fecundidade, típicas de situações demográficas onde fatores econômicos e restrições biológicas à reprodução, sobretudo a incerteza quanto à mortalidade infantil, determinam as decisões familiares quanto ao número de filhos.

Nas cidades, os indícios de uma mudança demográfica eram bem mais definidos em 1970, ainda que persistissem condições propiciadoras de altos níveis de fecundidade. A industrialização, afinal de contas, é o motor do processo secular de declínio da fecundidade, comandando a monetização da economia agrícola, a conversão da mão-de-obra rural em força de trabalho urbana e a transformação dos padrões de consumo das famílias assalariadas. Mas o impacto da industrialização, tal como ela tem se dado entre nós, está longe de ser homogêneo. A segmentação do mercado de trabalho e a intensa urbanização vem se combinando para formar vastos bolsões urbanos de pobreza cujas condições de vida condena os seus habitantes a sofrer níveis de mortalidade superiores aos que prevalecem nas áreas rurais (Carvalho e Wood: 1979). Dados da PNAD para 1973 mostram que cerca de 34 por cento da população urbana economicamente ativa encontrava-se a nível de pobreza absoluta, percebendo rendimentos inferiores ao salário mínimo local. Essa proporção variava amplamente entre regiões, passando de um mínimo de 23 por cento no Rio de Janeiro e em São Paulo para cifras em torno de 50 por cento nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza (Tolosa: 1977). Assim, o desenvolvimento industrial recente vem redundando no empobrecimento de uma parcela substancial da força de trabalho.

Equivale dizer que a adoção de novos padrões de consumo pelas famílias assalariadas, sem a contrapartida do aumento de sua renda real, exige a transformação de toda uma pauta de comportamento e até mesmo o sacrifício de necessidades vitais. Essas transformações foram evidenciadas em dois levantamentos sobre os orçamentos de famílias assalariadas em São Paulo, realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em 1958 e 1969 (DIEESE: 1974; Camargo e outros: 1976). A comparação ao longo do tempo mostra uma clara modificação na estrutura dos gastos familiares, com a redução das despesas de alimentação, vestuário, saúde, higiene pessoal e limpeza doméstica, e a elevação de outros itens, principalmente transporte, equipamento doméstico, educação e cigarros, excetuando-se o custo de moradia. Vale notar que cerca de 60 por cento dos gastos com equipamento doméstico representava a incorporação de aparelhos elétricos e eletrônicos, sobretudo a televisão, na pauta de consumo dessas famílias.

O aumento das despesas com educação, bem como o comprometimento de uma parcela não desprezível do orçamento familiar com o consumo de bens duráveis, devem constituir fontes de pressão favorável à constituição de famílias menores. Nas cidades, a expansão da escolarização implica em um aumento relativo do custo de criação de filhos e em um decréscimo de sua contribuição para a economia familiar, mesmo que se trate,

como para tantos, de uma escolarização rudimentar e sem maiores conseqüências para a ascensão social. Da mesma forma, a mudança das aspirações de consumo e da composição do cesto de bens consumidos favorecem o abandono da norma da prole numerosa em favor de um número menor, mais saudável e melhor educado de filhos.

Essas expectativas eram amplamente confirmadas em 1970. Carvalho e Paiva (1977) mostram que, no início da década, a taxa geral de fecundidade para as mulheres de mais baixa renda era de cerca de 6,6 filhos, caindo para 3,7 entre as famílias mais abastadas. Na região mais desenvolvida do país, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, verificava-se também uma clara convergência das taxas de fecundidade das famílias mais ricas e mais pobres em direção a proles menos numerosas, constituídas por três ou quatro filhos.

É de se esperar, entretanto, que os efeitos da renda sobre a fecundidade sejam caracterizados pela não-linearidade, de sorte que qualquer melhoria no padrão de vida das famílias mais pobres deva redundar em maiores decréscimos marginais de fecundidade. O que torna paradoxal o provável declínio da fecundidade da pobreza urbana ao longo da década é que embora existisse em 1970 uma relação negativa entre renda e fecundidade no meio urbano, essa relação, segundo Carvalho e Paiva (1977), era *positiva* para os grupos mais pobres.

Uma relação dessa natureza faz crer que existisse entre os grupos mais pobres uma demanda por proles numerosas frustrada pelas altas taxas de mortalidade infantil prevalentes nos bolsões urbanos de pobreza. A variação da taxa de fecundidade em São Paulo é típica. Em 1970, essa taxa era de 3,8 filhos nascidos vivos para o grupo mais pobre da população urbana, passando para 5,5 no grupo de renda imediatamente superior. Daí, a taxa caía na medida em que aumentava a renda familiar, passando de 5,0 para 4,3 e, finalmente atingindo, entre as famílias mais abastadas, a cifra de 2,8 filhos. Ou seja, ao aumentar a renda familiar e o controle sobre as restrições biológicas à reprodução, aumentaria também o nível de fecundidade. Somente ao cruzar um umbral mais alto de renda é que a redução da fecundidade afigurar-se-ia vantajosa para os casais.

A expectativa de uma demanda reprimida por filhos nos grupos mais pobres é também indicada, de modo indireto, pelo aumento da mortalidade infantil observado em anos recentes. No município de São Paulo, por exemplo, morreram, em 1961, 62,9 crianças em cada mil nascidas vivas. Em 1970 essa cifra se elevou a 89,5 e daí passou para 95 em 1.000 em 1973, aparentemente retomando a sua tendência declinante a partir de 1975 (Carvalho e Sawyer: 1978). Entre os fatores responsáveis por tal aumento contam-se a deterioração dos serviços de saneamento básico, notadamente a falta de sistemas de água potável e de esgotos, e, sobretudo, a subnutrição, intimamente relacionada com a queda do poder aquisitivo e as mudanças no cesto de bens consumidos pela população mais pobre ao longo desses anos (Puffer e Serrano: 1973; Saboia: 1976; Alves e Vieira: 1978).

Poder-se-ia pensar que o próprio estado crônico de subnutrição das famílias mais pobres refreasse, em lugar de estimular, a sua taxa de fecundidade. De fato, existe evidência de que a subnutrição crônica possa afetar a extensão da vida fértil feminina, encurtando-a pelo retardamento da menarca ou pela antecipação da menopausa (Mosley: 1977). Mas esses efeitos atribuíveis à subnutrição não parecem ser de grande monta no que diz respeito ao declínio da fecundidade, por ocorrer nos limites extremos da vida reprodutiva quando todo um elenco de fatores já atua no sentido de postergar a idade média do casamento ou de abreviar, por vontade consciente da mulher, a possibilidade de novas gestações. Aparentemente, a prolificidade feminina é afetada apenas quando a subnutrição crônica transmuta-se em um processo de inanição, caso em que esperar-se-ia que o declínio da fecundidade fosse precedido pelo aumento maciço não só da mortalidade infantil, mas também da mortalidade materna.

A própria condição de pobreza, portanto, é suposta afetar de modo diferente a percepção da diminuição do tamanho da família como uma estratégia de sobrevivência no meio urbano. A concentração da renda, ao elevar via insalubridade e subnutrição os níveis de mortalidade infantil, propiciaria a manutenção de altas taxas de fecundidade entre as famílias mais pobres. Mas a incorporação, por pressão do mercado, de novas necessidades à sua pauta de consumo, sem a contrapartida do aumento de sua renda real, ao restringir ainda mais um campo extremamente limitado de escolha na alocação de recursos exíguos, militaría contra a formação de proles numerosas. Assim, a importância

do trabalho feminino e da contribuição dos filhos para a renda familiar deve fornecer indicações mais precisas sobre o peso relativo desses efeitos na determinação dos níveis de fecundidade dos grupos urbanos mais pobres.

A Educação e a Participação Feminina na Força de Trabalho

É certo que o processo recente de concentração da renda tenha levado as famílias assalariadas a aumentar o número de seus membros produtivamente empregados. Mas é discutível que essa contribuição tenha sido de tal monta como que para estimular altos níveis de fecundidade contra as pressões que atuam contra a formação de proles numerosas nas cidades. Com efeito, Sant'Anna, Merrick e Mazundar (1977) observam que a concentração da renda penaliza em dobro as famílias mais pobres exatamente porque os seus membros não só recebem uma parcela ínfima da renda nacional, como são obrigados a sustentar um número maior de dependentes com esses poucos rendimentos. Com base em um levantamento sócio-econômico da população da área metropolitana de Belo Horizonte, realizado em 1972, os autores mostram que, em comparação com as famílias de mais alta renda, as famílias urbanas mais pobres tinham um número menor de membros empregados em atividades remuneradas e um número maior de crianças e de adultos improdutivos agregados ao domicílio. As taxas de dependência (o número médio de consumidores por membro da família produtivamente empregado) descrevem sucintamente os efeitos regressivos da alta fecundidade sobre as famílias mais pobres. Assim, nas famílias de mais baixa renda cada trabalhador devia sustentar, em média, 4,5 membros inativos, ao passo que essa razão caía para 2,3 consumidores por membro empregado nas famílias mais abastadas. Vale dizer que os segmentos mais pobres da população tendiam não só a crescer mais rapidamente justo quando se deteriorava a sua posição relativa no perfil da distribuição de renda, mas que esse mesmo crescimento exacerbava os efeitos regressivos da desigualdade econômica, comprimindo ainda mais os seus padrões de consumo.

Os possíveis efeitos do emprego feminino na redução da fecundidade afiguram-se, ao contrário, menos alvissareiros. Não obstante o aumento recente das taxas femininas de participação na força de trabalho, elas permanecem substancialmente inferiores às taxas masculinas. Por exemplo, a proporção de mulheres economicamente ativas na faixa etária de 20 a 24 anos de idade passou de 17 por cento, em 1950, para 28 por cento em 1970 — mas a proporção comparável de homens empregados nesse último ano já era superior a 86 por cento (Merrick: 1976).

Ademais, a avaliação desses efeitos demanda a distinção entre dois modos de inserção da mulher na força de trabalho. Embora a expansão do emprego feminino continue a se dar em um grupo reduzido de ocupações, quase todas voltadas para a prestação de serviços, o trabalho feminino estruturado em padrões estáveis de remuneração e mobilidade ocupacional coloca-se em claro contraste com o emprego doméstico ou em atividades típicas do setor informal da economia urbana. Apenas o primeiro, por oferecer perspectivas reais de ascensão no mundo do trabalho e, portanto, por elevar fortemente o custo de oportunidade do tempo gasto na criação de filhos relativamente ao desempenho de atividades que produzam um fluxo contínuo de renda, exerce uma influência positiva na redução da fecundidade, fato esse constatado pelas pesquisas de Rosen e Simmons (1971) em São Paulo e de Silva (1977) em Belo Horizonte. O emprego doméstico ou em atividades informais, ao contrário, é antes indicativo de uma estratégia familiar dedicada a tornar a alta fecundidade tolerável. As proles numerosas de pais pobres só são viáveis no meio urbano graças à produção doméstica de valores de uso, sob a forma da produção de bens para o auto-consumo ou do emprego doméstico remunerado das esposas e filhas, conjugada à venda da força de trabalho dos chefes de família (Faria: 1974; Oliveira: 1976).

É à educação feminina, portanto, que aparentemente cabe um papel de destaque na transformação dos padrões de comportamento reprodutivo. Embora persistam diferenças desfavoráveis à mulher no tocante à educação superior, a desigualdade de oportunidades educacionais entre os sexos vem diminuindo em ritmo acelerado. Ironicamente, o tradicionalismo mesmo dos papéis femininos que desestimulam a participação na força de

trabalho, confinando as mulheres ao lar até mesmo entre famílias de baixa renda, tem favorecido o aumento inusitado da educação feminina. Assim, entre 1950 e 1970, o aumento da proporção de mulheres que freqüentam a escola foi praticamente tão grande quanto o dos homens (Merrick: 1976) e tabulações preliminares das PNADs mais recentes indicam que a matrícula feminina no ensino de 1.º grau já é igual ou ligeiramente superior à masculina.

Além de sua óbvia importância para o emprego em ocupações de maior qualificação, a educação feminina é suposta afetar os níveis prevalentes de fecundidade através da aceitação do ideal da família nuclear pequena e pela ampliação dos conhecimentos sobre os métodos anticoncepcionais ou ainda, indiretamente, pelo aumento da idade média do casamento, um efeito que a prevalência do casamento tardio entre nós torna secundário (Silva: 1979). Embora a educação formal tenha tradicionalmente constituído um canal privilegiado para a difusão de novos modelos de organização familiar, a preferência por um número menor de filhos também tem muito a ver com o fato de que os custos da concepção, bem como a universalidade da jornada dupla de trabalho, tornam as mulheres muito mais sensíveis do que os homens aos custos da procriação.

Um indicador dessa demanda latente por famílias menores é a crescente incidência da gravidez não desejada ou não planejada depois do segundo ou terceiro filho (Milanesi: 1970; Etges: 1975; Beltrão: 1977) ou pelo excesso de filhos tidos sobre filhos desejados nas famílias maiores (McDonough e Souza: 1979). Existe também evidência no sentido de que a discrepância entre os ideais de família e a procriação efetiva varie inversamente com a educação feminina. Analisando os resultados de um levantamento sobre o comportamento reprodutivo realizado em seis cidades rio-grandenses de 1973, Etges (1975) conclui que as mulheres analfabetas apresentavam, em média, três filhos em excesso do que consideravam ser o tamanho ideal de família para si mesmas, ao passo que existia um saldo negativo entre desejos e realizações para as mulheres de nível ginásial ou superior.

Não há porque duvidar de que o desconhecimento da contracepção contribua para esse resultado. De fato, existe uma associação positiva entre a educação feminina e o conhecimento prático de métodos anticoncepcionais, principalmente no que diz respeito aos métodos mais eficazes, bem como uma maior familiaridade com as causas da mortalidade infantil e do seu possível controle através de práticas simples de higiene e nutrição (Szmrecsanyi: 1977; Silva: 1977). Entretanto, seria prematuro atribuir à falta de informações sobre os métodos anticoncepcionais um papel exclusivo na manutenção da defasagem entre os ideais de família e a prática do controle da fecundidade. A instabilidade marital, a persistência de fatores condutivos à alta fecundidade entre os grupos mais pobres e a falta de acesso aos métodos mais eficazes e, em geral, mais caros, incluem-se entre as outras causas dessa defasagem. Assim, Szmrecsanyi (1977) observou a existência de diferenciais decrescentes de fecundidade mesmo quando se tratava de mulheres apenas com rudimentos de instrução, adquiridos nos primeiros dois anos do curso primário ou até fora da rede de ensino regular. Da mesma forma, dois estudos, um realizado no Rio de Janeiro em 1969 (Martine: 1975) e outro no Rio Grande do Sul em 1973 (Etges: 1975), concluíram que a grande maioria das mulheres entrevistadas tinha conhecimento sobre pelo menos um método anticoncepcional. Nesse sentido, quiçá o processo mais relevante em curso seja a rápida difusão dos conhecimentos práticos sobre a contracepção ao longo de todos os patamares da estratificação social.

Contracepção: Conhecimento e Disponibilidade

Os processos intensos de industrialização e de urbanização têm um impacto desagregador não apenas sobre as formas de organização familiar da produção econômica, mas também e até mesmo principalmente sobre os controles normativos tradicionais que garantiam a sua viabilidade. Analisando as transformações do comportamento reprodutivo em São José dos Campos, Lamounier (1978) sugere que uma pauta de mudanças abruptas tende a gerar uma situação social anômica e, portanto, um ambiente de alta condutibilidade normativa, forçando a redefinição individual e coletiva de padrões de comportamento e a aceitação e interiorização de novos ideais de constituição da família. Tal processo tem como corolário um controle social institucionalmente anômico e, entre

nós, talvez o indicador mais sensível da perda de eficácia dos controles tradicionais seja a impotência da Igreja frente ao amplo uso pelos fiéis de métodos anticoncepcionais explicitamente condenados pela doutrina católica, inclusive o aborto provocado (Milanesi: 1970; Levy e Lima: 1977).

Os efeitos da crescente disponibilidade de métodos anticoncepcionais não podem ser minimizados. Um estudo sobre o mercado de anticoncepcionais no país concluiu que em 1974 existiam quase 3 milhões de consumidoras regulares de pílulas, configurando um mercado que crescia a uma taxa de mais de 20 por cento ao ano. O mesmo estudo estimava que o potencial máximo de consumo de anticoncepcionais orais, abrangendo em torno de 30 por cento do número total de mulheres em idade fértil, já seria atingido por volta de 1980 (Richers e Almeida: 1975). Da mesma forma, a BEMFAM atingiu desde 1965 através de suas clínicas e programas comunitários de âmbito estadual mais de um milhão de novos aceitantes do planejamento familiar em todo o país, sobretudo na região nordestina (Mundigo: 1978; Moreira, Silva e MacLaughlin: 1979). No que diz respeito à aceitação da contracepção, há também que computar o impacto indireto da assistência médica prestada pelo sistema previdenciário através do INAMPS e do FUNRURAL. Estimava-se, em 1976, que cerca de 72 milhões de pessoas ou mais de 90 por cento da população urbana do país era coberta pelo sistema previdenciário (Santos: 1979), colocando os grupos urbanos mais pobres em contato com uma cultura médica que certamente propicia a mudança dos padrões de comportamento reprodutivo.

Um resultado visível desses processos é a crescente convergência dos diferenciais de informação e de uso de métodos anticoncepcionais entre os diversos grupos da população urbana. Os resultados do levantamento sobre a prevalência da contracepção no Estado de São Paulo, realizado em 1978 por Nakamura e Fonseca (1979), mostram o progressivo esvanecimento da correlação positiva entre posição sócio-econômica e o uso de métodos anticoncepcionais, freqüentemente observada em estudos realizados durante a década de 1960 (Iutaka: 1965; Szmrecsanyi: 1977). Em São Paulo, em 1978, a proporção de mulheres em idade fértil que usavam algum meio anticoncepcional variava apenas entre um mínimo de 60 por cento entre aquelas que haviam recebido menos do que a educação primária e um máximo de 68 por cento das entrevistadas com educação secundária ou superior. Essa mudança é particularmente perceptível no caso da esterilização cirúrgica. Em 1965 constatou-se que a proporção de mulheres com educação secundária ou acima que havia lançado mão da laqueadura das trompas para evitar a concepção era duas vezes maior do que a proporção comparável entre mulheres menos educadas (Berquó e Oya: 1977). Em 1978, já não se verificava, em São Paulo, qualquer diferença significativa entre a proporção de mulheres que recorreram à esterilização nos diversos níveis educacionais (Nakamura e Fonseca: 1979).

Outro resultado de igual importância é o aumento significativo no uso de métodos anticoncepcionais mais eficazes nos últimos anos. É verdade que ainda persistem diferenças substanciais entre os diversos grupos da população, estimando-se que, atualmente, apenas um terço das mulheres mais pobres e menos educadas tenham acesso aos anticoncepcionais orais, aos preservativos e à esterilização cirúrgica (Beltrão: 1977; Nakamura e Fonseca: 1979). Entretanto, os anticoncepcionais orais, antes de uso praticamente restrito às famílias de maior poder aquisitivo, já prevaleciam em São Paulo em 1978. O recurso à esterilização também cresceu significativamente ao longo das duas décadas passadas. Assim, em 1965, cerca de 11 por cento das mulheres casadas, em São Paulo, haviam recorrido à ligação das trompas; em 1978, essa proporção já havia subido para 27 por cento (Berquó e Oya: 1977; Nakamura e Fonseca: 1979). Quicá a mudança mais dramática no uso da contracepção tenha sido o crescente recurso ao aborto provocado, dado o seu papel pivotal nas práticas de controle da fecundidade das mulheres mais pobres (Hutchinson: 1964; Martine: 1975). Estudos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1960 estimaram que entre 9 e 11 por cento das mulheres casadas já haviam induzido pelo menos um aborto; em 1978, em São Paulo, a proporção comparável situava-se entre 22 e 24 por cento (Hutchinson: 1964; Milanesi: 1970; Nakamura e Fonseca: 1979).

Em suma, o quadro geral delineado pela difusão acelerada do conhecimento e do uso de métodos anticoncepcionais sugere que a ambiência econômica e normativa do meio urbano-industrial torna quase compulsória a diminuição do tamanho da família, em

prazos dificilmente antecipados pelas experiências clássicas de mudança demográfica. É certamente matéria de reflexão o fato, assinalado por Nakamura e Fonseca (1979), que o uso da contracepção no Estado de São Paulo, em 1978, só encontre rival nos níveis prevalentes nos Estados Unidos, em 1976, abrangendo, respectivamente, 64 e 68 por cento das mulheres em idade fértil.

Notas

1. Por isso mesmo, não se pretende fazer aqui uma leitura exaustiva da bibliografia mais recente. Existe um excelente levantamento bibliográfico, abrangendo praticamente toda a literatura existente até 1974, organizado por Brant (1975) para o Programa de Investigações Sociais sobre Problemas de População Relevantes para Políticas de População na América Latina (PISPAL). Outra leitura obrigatória é o levantamento das tendências atuais de crescimento populacional no Brasil realizada por Moreira, Silva e MacLaughlin (1979).
2. Segundo as tabulações preliminares da PNAD-76 realizadas pelo CEBRAP em conjunção com a Pesquisa Nacional sobre a Reprodução Humana (revista *Veja*: 1979).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Anna Luiza Ozorio de. "Influência da Monetização das Atividades Rurais sobre o Tamanho da Família". In Manoel A. Costa (org.). *Fecundidade: Padrões Brasileiros*. Rio de Janeiro: Altiava Editora, 1977.
- Altmann, Ana Maria Goldani. "Os Aspectos Formais para o Estudo da Fecundidade e Nupcialidade". *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Campos do Jordão: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.
- Alves, Edgar Luiz G. e José Luiz Teixeira M. Vieira. "Evolução do Padrão de Consumo alimentar da População da Cidade de São Paulo". Rio de Janeiro: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 8, n.º 3, dezembro, 1978, pp. 727-756.
- Arretx, Carmen. "Fertility Estimates Derived from Information on Children Ever Born Using Data from Censuses". *International Population Conference*. Liège: International union for the Scientific Study of Population, 1973.
- Beltrão, Pedro C. *Mortalidade em Tenra Idade, Abortamento e Fecundidade no Município de São Leopoldo*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Econômicas, 1977.
- Berquó, Elza S. "A Fecundidade no Brasil em 1970". In Maria Luiza Marcílio e outros, *Crescimento Populacional (Histórico e Atual) e Componentes do Crescimento (Fecundidade e Migrações)*. São Paulo: CEBRAP, 1974.
- Berquó, Elza S. "Qual Terá Sido a Natalidade no Brasil em 1970?". *Estudos CEBRAP* 21, julho-setembro, 1977, pp. 169-173.
- Berquó, Elza S. "A Esterilização Feminina". In Elza S. Berquó, Maria Coleta A. F. de Oliveira e Candido Procópio F. de Camargo (orgs.), *A Fecundidade em São Paulo: Características Demográficas, Biológicas e Sócio-Econômicas*, São Paulo: CEBRAP – Editora Brasileira de Ciências, 1977b.
- Brant, Vinicius Caldeira. *Inventário de Pesquisas Sociais Relevantes para Políticas de População: Brasil*. São Paulo: CEBRAP, Programa de Investigações Sociais sobre Problemas de População Relevantes para Políticas de População na América Latina (PISPAL), vol. II, 1975.

- Caldwell, John C. "A Theory of Fertility: From High Plateau to Destabilization". *Population and Development Review*, vol. 4, dezembro, 1978, pp. 553-577.
- Camargo, Cândido P. F. de. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- Carvalho, José Alberto Magno de. *Tendências Regionais de Fecundidade e Mortalidade no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), 1974.
- Carvalho, José Alberto Magno de e Paulo de Tarso A. Paiva. "Estrutura de Renda e Padrões de Fecundidade no Brasil". In Manoel A. Costa (org.), *Fecundidade: Padrões Brasileiros*. Rio de Janeiro: Altiwa Editora, 1977.
- Carvalho, José Alberto Magno de e Diana R. T. Oya Sawyer. "Diferenciais de Mortalidade no Brasil". *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Campos do Jordão: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.
- Carvalho, José Alberto Magno de e Charles H. Wood. "Ingreso y Concentración de la Mortalidad en Brasil". In Victor L. Urquidi e José B. Morelos (orgs.), *Población y Desarrollo en América Latina*. México: El Colegio de Mexico, 1979.
- Costa, Manoel A. *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea//Inpes, 1975.
- Delfim Netto, Antônio, Mário Henrique Simonsen e Rubens Vaz da Costa. "Debate sobre Política Populacional". *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 1 de janeiro, 1973.
- DIEESE. "Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida". *Estudos Sócio-Econômicos*, v. 2, janeiro, 1974.
- Etges, Norberto. *Fecundidade Humana no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Econômicas, 1975.
- Faria, Vilmar Evangelista. "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade". *Estudos CEBRAP* 9, julho-setembro, 1974, pp. 129-151.
- Farias, Floripes, João Saturnino e Nilcéa Nascimento. *Aborto provocado: Condicionantes Sócio-Econômicos e Culturais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Reprodução Humana, 1977.
- Feiguin, Dora. *Normas Jurídicas e Fertilidade no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública, mimeografado, 1970.
- Gonzales, Elbio N. e Maria Ines Bastos. "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira". In Jaime Pinsky (org.), *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.
- Hutchinson, Bertram "Induced Abortion in Brazilian Married Women". *América Latina*, vol. 7, outubro-novembro, 1964, pp. 21-33.
- Iutaka, Sugiyama. "A Estatificação Social e o Uso Diferencial de Métodos Anticoncepcionais no Brasil Urbano". *América Latina*, vol. 8, janeiro-março, 1965, pp. 101-119.
- Kogut, Edy Luiz e Carlos Geraldo Langoni. "Population Growth, Income Distribution, and Economic Development". *International Labor Review*, vol. 3, 1975, pp. 321-333.
- Lamounier, Bolívar. "Industrialização, Imigração e Comportamento Reprodutivo: Notas para um Modelo de uma Situação de Mudança". In Adolpho Aldunate e outros, *Estudos de População: I. São José dos Campos*. São Paulo: CEBRAP, 1978.

- Levy, Maria Stella F. e Maria A. de Abreu Lima. "Religião e Fecundidade". In Elza S. Berquó, Maria Coleta A. F. de Oliveira e Candido Procópio F. de Camargo (orgs.). *A Fecundidade em São Paulo: Características Demográficas, Biológicas e Sócio-Econômicas*. São Paulo: CEBRAP – Editora Brasileira de Ciências, 1977.
- Lima, Octávio Rodrigues. *O Aborto Provocado*. Rio de Janeiro: Editora Refrigeração, 1965.
- Madeira, João Lyra, Luiz Armando M. Frias, Marcia Martins e Vera R. Souza Dias. *A Dinâmica do Movimento Natural da População Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979.
- Martine, George, *Formación de la Familia y Marginalidad Urbana en Rio de Janeiro*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, 1975.
- McDonough, Peter e Amaury de Souza. "Brazilian Elites and Population Policy". *Population and Development Review*, vol. 3, dezembro, 1977, pp. 377-401.
- McDonough, Peter e Amaury de Souza. *The Politics of Population in Brazil: Elite Ambivalence and Public Demand*. Ann Arbor: University of Michigan, Institute for Social Research, manuscrito à ser publicado pela University of Texas Press, 1979.
- Merrick, Thomas W. "Interregional Differences in Fertility in Brazil, 1950-1970". *Demography*, vol. 11, agosto, 1974, pp. 423-440.
- Merrick, Thomas W. "Population, Development, and Planning in Brazil". *Population and Development Review*, vol. 2, junho, 1976, pp. 181-199.
- Merrick, Thomas W. "Demographic Aspects of Rural Settlement in Brazil: Evidence from the 1970 Census". Montreal: Reunião Anual da Population Association of America, mimeografado, 1976a.
- Merrick, Thomas W. e Douglas H. Graham. "Two Hundred Years of Brazilian Population Growth: The Long Term Trend and its Demographic Components". Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, mimeografado, 1974.
- Merrick, Thomas W. e Douglas H. Graham. *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- Milanesi, Maria Lucila. *O Aborto Provocado*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.
- Ministério da Saúde. *Saúde Materno-Infantil*. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, 1977.
- Moreira, Morvan de Mello, Léa Melo da Silva e Robert MacLaughlin. "Perfil Nacional: Brasil". *Country Profiles*, New York: The Population Council, 1979.
- Mosley, W. Henry. *The Effects of Nutrition on Natural Fertility*. Paris: Seminar on Natural Fertility, International Union for the Scientific Study of Population, 21-24 de março, 1977, mimeo.
- Mundigo, Axel I. "Brazil's Changing Family Planning Policy: A First Step?". *International Family Planning Perspectives and Digest*, vol. 4, 1978, pp. 18-20.
- Nakamura, Milton S. e Joaquim de Paula Barreto Fonseca. *São Paulo State Contraceptive Prevalence Survey: Final Report*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1979.
- Oliveira, Francisco de. "A Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital". *Estudos CEBRAP 16*, abril-junho, 1976, pp. 5-26.

- Pierucci, Antonio Flávio de Oliveira, *Igreja. Contradições e Acomodação. Ideologia do Clero Católico sobre a Reprodução Humana no Brasil*: São Paulo. *Cadernos CEBRAP* 30, 1978.
- Puffer, R. R. e C. V. Serrano. *Patterns of Mortality in Childhood*. Washington, D. C.: Pan American Health Organization, 1973.
- Revista *Veja*. "O Parto Difícil: Cai a Natalidade entre as Famílias mais Pobres". São Paulo: 24 de outubro, 1979, p. 139.
- Richers, Raimar e Eduardo Augusto Buarque de Almeida. "O Planejamento Familiar e o Mercado de Anticoncepcionais no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 15, julho-agosto, 1975, pp. 7-22.
- Riedel, Osvaldo Hugo Montenegro. "A Fecundidade Feminina no Nordeste: Tendências e Diferenciais". *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 8, julho-setembro, 1977, pp. 445-472.
- Rosen, Bernard C. e Alan B. Simmons. "Industrialization, Family, and Fertility: A Structural-Psychological Analysis of the Brazilian Case". *Demography*, vol. 8, fevereiro, 1971, p. 49-69.
- Saboia, João Luiz Maurity. "Mortalidade Infantil e Salário Mínimo: Uma Análise de Intervenção para o Município de São Paulo". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 16, maio-junho, 1976, pp. 47-50.
- Sanders, Thomas G. "Population Planning and Belief Systems: The Catholic Church in Latin America". In Harrison Brown e Edward Hutchings (orgs.). *Are Our Descendants Doomed? Technological Change and Population Growth*. New York: Viking Press, 1972.
- Sant'Anna, Ana Maria, Thomas W. Merrick e D. Mazundar. "Distribuição de Renda e a Economia da Família Urbana: O Caso de Belo Horizonte". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, abril, 1977, pp. 1-68.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- Silva, Léa Melo da. "O Tamanho da Família e a Participação da Mulher na Força do Trabalho". In Manoel A. Costa (org.). *Fecundidade: Padrões Brasileiros*. Rio de Janeiro: Altiya Editora, 1977.
- Singer, Paul I. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento: O Papel do Crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Edições CEBRAP, 1970.
- Stycos, J. Mayone. *Ideology, Faith, and Family Planning in Latin America*. New York: McGraw-Hill, 1971.
- Tolosa, Hamilton C. "Política Urbana e Redistribuição de Renda". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 7, n.º 1, abril, 1977, pp. 69-100.
- Vianna, Luiz Werneck. "Leis Sociais e Demografia". *Estudos CEBRAP* 21, julho-setembro, 1977, pp. 93-148.
- Yunes, João e Vera S. C. Ronchezal. "Evolução da Mortalidade Geral, Infantil e Proporcional no Brasil". *Revista de Saúde Pública*, vol. 8, junho, 1975, pp. 3-48.